



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 587, DE 2012, ADOTADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 12 DE NOVEMBRO DO MESMO ANO, QUE “AUTORIZA PARA A SAFRA 2011/2012, O PAGAMENTO DE VALOR ADICIONAL AO BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA, DE QUE TRATA A LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002, E AMPLIA PARA O ANO DE 2012 O AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO, DE QUE TRATA A LEI Nº 10.954, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004”, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14h30, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e três minutos do dia seis de março de dois mil e treze, na Sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Cyro Miranda, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 587, de 2012, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, João Alberto Souza, Sérgio Souza, José Pimentel, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Benedito de Lira e Inácio Arruda; e dos Deputados Afonso Florence, Geraldo Simões, Benjamin Maranhão, Valdir Colatto, Edson Pimenta, Raimundo Gomes de Matos, Ronaldo Caiado, Oziel Oliveira, Nelson Marquezelli, Marcos Montes e Bernardo Santana de Vasconcellos. Deixam de comparecer os demais membros. Registram a presença o Senador Lobão Filho e os Deputados Amauri Teixeira, Assis Carvalho e Pedro Eugênio, parlamentares não membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do relatório. O Presidente passa a palavra ao Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, que profere seu relatório. É aberta a discussão. Usam da palavra para discutir o Senador Benedito de Lira e os Deputados Afonso Florence e Valdir Colatto. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da primeira reunião da Comissão, que é aprovada. Colocado em votação o Relatório do Deputado Raimundo Gomes de Matos, é aprovado, passando a constituir parecer da Comissão, que conclui pela constitucionalidade e juridicidade da matéria; pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira da matéria e das emendas; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, com o texto resultante das alterações nela promovidas pela Medida Provisória nº 603, de 2013, bem como pela aprovação total ou parcial das emendas de nºs 10, 16 e 22, oferecidas à MPV nº 587, de 2012, e de nºs 4, 8, 9, 18, 19 e 24, oferecidas à MPV nº 603, de 2013, nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta. Usam da palavra o Senador Lobão Filho e os Deputados Assis Carvalho, Oziel Oliveira, Amauri Teixeira e Benjamin Maranhão. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador Cyro Miranda
Presidente

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 587/2012 (2ª Reunião)

06/03/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Agradecendo a presença dos Srs. Senadores e Deputados, havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 587, de 2012.

A presente reunião destina-se à apreciação do relatório.

Passo a palavra ao nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos para proferir seu relatório. Com a palavra S. Ex^a.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Srs. Senadores, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, assessores, a Medida Provisória nº 587, de 2012, autoriza para a safra 2011/2012, o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004.

Como Relator fomos designados. Observamos várias emendas que foram propostas. O relatório já foi entregue, manifestando-se pela admissibilidade da Medida Provisória nº 587, de 2012, com o texto resultante das alterações promovidas pela Medida Provisória nº 603, de 2013.

A Medida Provisória nº 603 elencou alguns parágrafos que alteravam a 587. Assim sendo, regimentalmente, absorvemos as alterações promovidas pela 603.

Assim sendo, voto pela constitucionalidade e pela juridicidade da Medida Provisória nº 587, de 2012, com o texto resultante das alterações promovidas pela Medida Provisória nº 603, de 2013.

Como também, tendo em vista esses elementos, voto pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira da MPV nº 587, de 2012, com o texto resultante da alteração promovida pela Medida Provisória nº 603, de 2013, assim como das emendas apresentadas.

Assim sendo, adicionalmente, o projeto de conversão em lei:

– altera o *caput* do art. 8º da Lei nº 10.420, de 2002, de forma a incluir as culturas destinadas à alimentação animal entre os cultivos passíveis de serem objeto do Benefício Garantia-Safra, sem a necessidade de deliberação do órgão gestor do Fundo Garantia-Safra;

– incorpora as medidas contidas nos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 603, de 2013, que, respectivamente, autorizam e disciplinam a compra pela Conab, a preço de mercado, de milho em grãos para venda direta do produto, por intermédio do mercado de balcão, a pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos, que desenvolvem suas atividades em Municípios situados na área de atuação da Sudene. Entretanto, o projeto de conversão em lei eleva de 300 mil toneladas para 550 mil toneladas o quantitativo de milho a ser adquirido; e

– autoriza a União: 1) a conceder subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar na Região Nordeste, afetados pela estiagem, referente à safra 2011/2012, no valor de R\$10,00 (dez reais) por tonelada, limitado a 10 mil toneladas por produtor, o que beneficiará cerca de 17 mil agricultores; e 2) a equalizar parte do custo de produção referente às safras 2010/2011 e 2011/2012 das unidades industriais produtoras de etanol que desenvolvam suas atividades nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam.

Nesses termos, o projeto de conversão em lei aproveita, no todo ou em parte, o conteúdo de emendas apresentadas à MPV nº 603, de 2013, pelos Deputados Zé Silva, Antonio Balhmann, Pedro Eugênio, Fábio Faria, João Maia e Humberto Souto.

Com base no exposto e em razão do mérito da proposta, voto pela aprovação da Medida Provisória nº 587, de 2012, com o texto resultante das alterações nela promovidas pela Medida Provisória nº 603, de 2013, bem como pela aprovação total ou parcial das Emendas de nºs 10, 16 e 22, oferecidas a MPV nº 587, de 2012, e de nºs 4, 8, 9, 18, 19 e 24 oferecidas a MPV nº 603, de 2013, nos termos do anexo projeto de lei de conversão.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Em discussão a matéria, Srs. Deputados e Srs. Senadores. *(Pausa.)*

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 587/2012 (2ª Reunião)

06/03/2013

Deixamos a discussão ainda em aberto.

Passo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de cumprimentar o Relator desta Comissão, desta Medida Provisória, o Deputado Raimundo Matos, pelo esforço empreendido a fim de chegar a esses termos no que diz respeito a esta Medida Provisória que vem atender parcialmente os produtores da região afetada por essa estiagem prolongada.

Por incrível que pareça, Sr. Presidente, e para tristeza de todos nós, nós não podemos brigar porque se trata de fenômenos da natureza. Mas, meu caro Deputado Marquezelli, a essa estiagem, faz um século, mais ou menos, que nós tivemos uma igual. Com essa situação no Nordeste, no Semiárido, especialmente – e hoje não é mais privilégio do Semiárido, porque atingiu várias regiões dos Estados do Nordeste. Nós não temos mais Zona da Mata, nem Semiárido, nem Agreste, coisa nenhuma; tudo é uma coisa só, uma coisa assustadora –, assistimos a quadros realmente comoventes. Pequenos criadores e produtores estão vendo seus rebanhos dizimados.

Então, esta medida provisória, que vai tratar do seguro Safra e de outras ações que vêm beneficiar, com as interpelações feitas pelo Ex^{mo}s Srs. Parlamentares, é da maior importância. Seria interessante e de fundamental importância, repito, que nós pudéssemos fazer gestões junto ao Governo da Presidenta Dilma para que não houvesse veto, porque, aqui, nada está sendo exagerado, nada acrescenta que não tenha soluções.

Nós temos observado, sem nenhum demérito para as outras regiões, principalmente o Sudeste, que o Governo tem feito uma sequência de incentivos para a garantia do emprego na indústria automobilística de São Paulo, com especialidade na indústria branca e até no fornecimento de material de construção. Faz sentido? Faz, porque o nosso País precisa manter o emprego. Consequentemente, o Governo terá que usar de seus artifícios para cuidar disso.

Mas e a outra Região, o Nordeste, o Agreste, aliás o Semiárido, que tem um setor produtivo de muita importância para o País, o setor sucroalcooleiro? Esse setor, por exemplo, vem passando por crises nunca vistas. É preciso que se faça uma política também de atenção a esse segmento que emprega milhares de pessoas. Vou dar o exemplo do meu Estado, o Estado de Alagoas, que é o penúltimo Estado da Federação. Esse segmento produtivo de Alagoas emprega mais de 200 mil trabalhadores. Nós tínhamos um parque industrial da ordem de mais de 36 indústrias, nobre Presidente. Hoje estamos resumidos a 22 indústrias; as demais fecharam, quebradas. Por quê? Porque, infelizmente, não existe uma política agrícola para esse segmento.

Aí se cobra o etanol. O etanol realmente... Quando o Presidente Lula saiu pelo mundo afora, como se fosse um caixeiro viajante, vendendo o etanol, eu imaginava, nobre Presidente, que nós iríamos ser uma Arábia Saudita do petróleo; que nós iríamos ser também do etanol, que nós iríamos ser exportadores do álcool, e não importadores como somos hoje.

Por isso é que eu queria cumprimentar S. Ex^a o Relator e os demais companheiros por terem acatado essas emendas de R\$10 por tonelada de cana, limitando até 10 mil toneladas, para atender ao pequeno produtor de cana da Região Nordeste brasileiro.

Anteriormente a isso, Sr. Presidente, Relator, havia uma política de incentivo para a equalização, o equilíbrio entre a produção da cana no Nordeste e a produção da cana no Sudeste.

Mas, infelizmente, começaram a falar que eram recursos que o Governo Federal estava dando a usineiro. Mas, na verdade, não repassava recursos para usineiros, repassava para os pequenos e médios produtores de cana. Porque a cana-de-açúcar não é apenas usineiro que produz, não são as terras das usinas; a grande maioria das toneladas de cana é produzida pelo pequeno e médio produtor.

Por isso, é de bom tamanho e gostaria de fazer um apelo ao nobre Senador Pimentel para, junto com todos os outros, fazermos coro para evitar que a Presidenta Dilma, por orientação da Fazenda, vete esses artigos que beneficiam esses trabalhadores.

Pois bem, ao mesmo tempo, esses R\$0,40 de etanol para fazer o equilíbrio das contas,

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 587/2012 (2ª Reunião)

06/03/2013

porque, do contrário, não temos como sobreviver e as usinas gradativamente vão fechando.

Há uma outra coisa que nos preocupa, nobre Senadores e Deputados: grupos internacionais estão vindo para o Brasil, comprando usina, comprando terra e, pouco tempo depois, fecham, porque não há interesse. O interesse deles é fazer com que o Brasil seja o importador.

Por essas razões, cumprimento e queria parabenizar V. Ex^a pelas atitudes e pelas decisões adotadas e apelo a todos que votemos por unanimidade o relatório de V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. PSDB – GO) – Muito obrigado e o parabenizo por sua colocação e endosso e faço coro com suas palavras.

Passo, agora, a palavra ao Vice-Presidente da nossa Comissão, Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Presidente Cyro Miranda; Deputado Relator Raimundo Matos; Srs. Parlamentares; assessoria; imprensa; em primeiro lugar, quero parabenizar o trabalho feito pelo Deputado Raimundo e destacar e parabenizar o desprendimento do Senador Lobão Filho, que encaminhou, na condição de Relator da MP 603, e do Deputado Amauri Teixeira, Presidente da Comissão Mista, a esta Comissão as emendas e o conteúdo da 603.

Destaco, Sr. Presidente, que, antes de abriremos formalmente os trabalhos, tratamos aqui com o Senador Pimentel, Líder do Governo e, seguindo a orientação do Senador Pimentel, estamos – digamos assim – monitorando a evolução da interpretação da Casa da oportunidade e da sustentação regimental desse procedimento. De qualquer forma, o Deputado Raimundo já incorporou as emendas que estavam lá na 603 e, após o diálogo feito por ele com o Governo, seguindo orientação do Governo, acatou aquelas que são possíveis neste momento serem encaminhadas para aprovação no plenário do Congresso Nacional – aprovando aqui na Comissão, encaminharemos para votação final.

Entretanto, oportunamente, se houver a necessidade da continuidade dos trabalhos da 603, lá os seus membros apreciarão – inclusive o Deputado Assis Carvalho está aqui e é um dos interessados por ter apresentado lá uma emenda.

Quero destacar que há também emendas na 578 que, se a evolução da negociação com o Governo permitiu que não fosse agora possível a incorporação pelo Deputado Relator, Raimundo Matos, possam vir a ser incluídas no PLV da 603. No que diz respeito ao Garantia-Safra, há duas emendas que acho que são relevantes e devem ser consideradas, e, da minha parte, como Vice-Líder do PT, Deputado do PT e que sigo orientação do Governo, obviamente, no processo de negociação com o Governo. Mas são relevantes e não podemos deixar de nos debruçar sobre elas.

Uma delas diz respeito ao tamanho das glebas, dos agricultores familiares a serem objeto da possibilidade de contratação do benefício – porque é um benefício a Garantia-Safra para os mais pobres –, e à constituição de um conselho de ministros.

Quando ocorre uma estiagem prolongada como a atual, é muito comum, antes do impacto civil, digamos assim, social, já haver o impacto econômico e a redução da disponibilidade de ração, geralmente, no Semiárido, de volumoso, porque o grão, a proteína não é cultivada. Normalmente a palma. Com uma estiagem como essa, mesmo em relação à palma, há uma redução expressiva da disponibilidade, apesar de a palma já ser um volumoso que tem um conteúdo de energia bastante expressivo. É quase um energético. Está ali quase perto do milho e do sorgo.

Mas, com uma estiagem como essa, sequer a palma sobrevive. Ela desidrata muito. Há uma perda. Todos os órgãos estaduais de vigilância sanitária, no caso do meu Estado, a Adab, têm registros assustadores sobre perda de plantel e sobre venda para regiões distantes. E, muitas vezes, nós sabemos que há um sub-registro. Há Municípios com mais de 50% de perda de plantel de caprinos e ovinos.

Então, a primeira coisa que eu queria destacar, Presidente e Relator, Sr^s e Srs. Parlamentares, é a possibilidade de que, havendo continuidade e anuência da parte do Governo, trabalhemos para isso. Não apenas para que não haja veto no PLV da 587, mas também para que, se possível, na 603, possamos trabalhar esse sistema, se porventura for definido que ela deve ter continuidade dos seus trabalhos.

Quero destacar a importância das emendas, particularmente da Medida Provisória de ambas,

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 587/2012 (2ª Reunião)

06/03/2013

a 587 e a 603. A Garantia-Safra é um seguro para pequenos produtores adaptados ao Semiárido. Nós sabemos que o zoneamento agrícola prevê ali, por exemplo, cultura de grão, e que a grande maioria dos produtores, apesar de fazer parte da cultura, das tradições plantar o milho e o feijão, invariavelmente vivem da cria de galinha, de caprino e ovino, de um gadinho de leite, apesar de, muitas vezes, não ser de qualidade genética das melhores.

Portanto, a depressão econômica característica do Nordeste, pelas condições climáticas, agrava-se muito numa estiagem como essa. Agora que seria o período de trovada, há precipitação apenas localizada em algumas regiões. Nós não estamos superando a estiagem. Corremos o risco de ter, em 2013, mais um ano muito duro, porque se sucedem dois anos. Vamos completar, talvez, três anos de estiagem subsequente. Aquela seca tradicional do segundo semestre agora está ocorrendo também no período de pluviosidade, no período da trovada, que é de novembro a março.

Então, essas são medidas provisórias muito importantes. Nós sabemos todo o esforço que o País está fazendo, que o Governo Federal, os empresários, os agricultores familiares, os assentados e assentadas da reforma agrária, os de situação, os de oposição fazem. É um esforço enorme para passarmos pela crise mundial com o menor impacto possível.

Os resultados do ano passado do Brasil são muito relevantes. Nós mantivemos quase que pleno-emprego. Nós conseguimos conter a inflação em particular na cesta básica. Nós conseguimos manter um PIB que, se não é o que desejamos, é melhor do que uma recessão, que era uma possibilidade concreta. Expandimos oferta de ensino superior; construímos uma política industrial com prioridade para o conteúdo local. Sem dúvida, o desenvolvimento brasileiro precisa de uma política de desenvolvimento regional. O Brasil setentrional precisa de uma política de desenvolvimento regional, e essa política passa por um seguro adaptado, adequado ao Semiárido brasileiro.

Então, eu quero parabenizar o trabalho desenvolvido pelo Relator, pelo Presidente, pelos meus colegas, inclusive da 603, e reiterar esse nosso propósito de continuar a trabalhar, independentemente de orientação partidária, para que o Brasil continue a distribuir renda, a crescer, a melhorar a vida do seu povo, em particular das regiões que têm essas características climáticas que exigem políticas específicas. É o caso do Norte e do Nordeste.

Particularmente, o Garantia-Safra é um instrumento adequado à produção agrícola e agora, se não vetada a emenda, também para os agricultores e agricultoras passíveis de enquadramento no benefício do Garantia-Safra para aqueles que criam um caprino, um ovino ou mesmo um bovino de corte exclusivamente para os mais pobres, porque é disso que nós estamos falando, com esse seguro e com a possibilidade de segurar não só os grãos, mas a palma, a leucena, a algaroba e assim por diante.

Muito obrigado e parabéns pelo trabalho desenvolvido, Deputado Raimundo, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Muito obrigado, Deputado Afonso Florence. E obrigado pela sua colaboração como Vice-Presidente desta Comissão.

Com prazer, concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda; Deputado Raimundo Gomes de Matos, nosso ex-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, vejo-o aqui como Relator dessa importante medida provisória. Cumprimento também o nosso ex-Ministro Afonso Florence; Deputados e Senadores.

Nós só queríamos fazer aqui uma arguição ao Deputado Relator. Nós tínhamos uma Emenda nº 4, da Medida Provisória 587, em que solicitamos autorização da União para conceder subvenção econômica do BNDES na equalização de taxas de juros em operações de financiamentos contratados até 30 de julho de 2013, destinada a capital de giro e investimentos em sociedades empresariais, cooperativas, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, cujas atividades foram atingidas pela estiagem prolongada localizada na Região Sul e tiveram situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Público Executivo Federal.

Nós gostaríamos – foi a intenção da nossa emenda – que houvesse um tratamento simétrico com a Região Nordeste. Vou defender a minha tese da emenda. O Deputado Afonso Florence sabe, como

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 587/2012 (2ª Reunião)

06/03/2013

Ministro do MDA, que as dificuldades dos nossos agricultores e pequenos agricultores do Sul são um tanto quanto... na questão da colheita, quando há estiagem, como em outras regiões. Claro, diferenciada no Nordeste, em que não chove há vários anos e às vezes por dois ou três anos não dá safra nenhuma.

Ocorre, Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, que nós também temos os problemas da estiagem quando se interrompe um ciclo, uma atividade que está a pleno vigor e de repente não há colheitas; e nós temos aí dificuldades muito grandes.

Por exemplo, na questão do milho, nós tivemos muito problema este ano. Santa Catarina – citando o meu Estado – consome em torno de 6 milhões de toneladas de milho para rebanhos suínos, aves, leite, etc. Nós produzimos 4 milhões, temos que importar 2 milhões de toneladas e tivemos muita dificuldade de importar esse milho, dada a compra dos Estados Unidos, a quebra de safra dos Estados Unidos e o frete oneroso, a ponto de nós podermos comprar milho no Mato Grosso a R\$11 e chegar a R\$28, R\$30, R\$40 em Santa Catarina.

Então, isso desestabilizou toda uma estrutura da agroindústria que está montada, inclusive falindo várias empresas produtoras que pararam de produzir; pararam as atividades estabelecidas porque não tiveram receita, renda.

Com isso, nós temos todas as dificuldades não de uma estiagem prolongada no Nordeste, mas da inadimplência dos nossos produtores, que são impedidos, pela inadimplência, de tomar novos empréstimos e, por consequência, de continuar a atividade. Se eu não tenho financiamento, novos financiamentos, porque fiquei devendo, pois não consegui cumprir meus compromissos com o sistema financeiro, automaticamente não consigo tomar novos recursos e não consigo plantar.

Então, nós temos uma inadimplência generalizada nos Municípios do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, onde houve a estiagem; e por isso estamos buscando também não o perdão da dívida, mas uma equalização das taxas de juros para que a dívida desses produtores seja minorada, a fim de que possam sobreviver, continuar na atividade, o que é também uma preocupação nossa.

Em Santa Catarina, Sr. Presidente, a cada 10 agricultores que nós assentamos... de cada um agricultor que assentamos na Reforma Agrária, Deputado Amauri, saem dez por falta de renda. E nós não temos mais sucessores na atividade da agricultura familiar ou pequena agricultura.

Se nós não protegemos esses agricultores das suas dívidas para que eles continuem na atividade, com certeza estaremos dificultando a vida de todos eles e trazendo consequências desastrosas, porque são produtores tradicionais, que produzem, mas se não tiver renda estão fora do processo. Os filhos já não ficam mais nas atividades. Temos estatística de que há apenas 5% de agricultores com menos de 25 anos no campo. Então, há uma fuga muito grande. É o modelo de Santa Catarina: pequena propriedade; 89% abaixo de 15 hectares e 95% abaixo de 50 hectares. É o modelo que o Brasil copia, mas que não consegue sustentar por falta de renda.

Então, queria fazer um apelo ao Deputado Raimundo de Matos para ver se conseguimos minorar – é claro que não vamos conseguir resolver – os problemas desses agricultores que estão endividados e não têm condição de quitar porque não têm renda. Portanto, precisamos buscar uma solução.

Não sei qual seria o trâmite: se a votação do relatório pleno, a previsão de análise das emendas levantadas ou se uma discussão de plenário. Mas estou defendendo a nossa Emenda nº 4 da Medida Provisória nº 587, a fim de que seja analisada pelo Relator para que possamos buscar uma saída no mínimo para equalização de juros para esses produtores do Sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Realmente é uma situação diferenciada do Nordeste, mas existe o problema, estamos aqui defendendo a nossa emenda e pedimos a consideração do nosso Relator.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Obrigado, Deputado Valdir Colatto. Vou responder ao Deputado e depois peço permissão aos Srs. Senadores e Deputados para que façamos a votação e continuemos depois, senão a Ordem do Dia vai nos atropelar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Pois não.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 587/2012 (2ª Reunião)

06/03/2013

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sei do esforço dos nossos pares que chegaram aqui às 14 horas para ajudar a dar quórum, já temos quórum. Mas como é uma matéria acordada, consensuada, poderíamos votar, em face da Ordem do Dia, e continuarmos com as inscrições e as falas. É um pedido mais para podermos...

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Vou responder rapidamente ao Deputado Colatto.

Realmente, na hora em que eu li as emendas e o nosso parecer, colocamos o seguinte: em vista dos elementos, voto pela adequação e pela compatibilidade orçamentária e financeira da MP nº 587 em conjunto com a nº 603.

V. Exª, dentro do Pacto Federativo, fez uma replicação muito justa. O fortalecimento do Pacto Federativo, dos Municípios do Sul que realmente tiveram estiagem. Mas V. Exª há de convir que mesmo sendo uma quantia relativamente insignificante, seriam R\$5 bilhões, dentro do que foi disponibilizado dos recursos orçamentários das duas medidas provisórias, ao acatarmos o acréscimo de mais R\$5 bilhões, talvez, talvez não, com certeza iríamos inviabilizar os outros programas que foram pactuados para o desenvolvimento principalmente desses Municípios do Nordeste.

Creio que V. Exª tem razão no fortalecimento do Pacto Federativo, mas infelizmente, como Relator, não tivemos condições de, juntamente com a área econômica, adequar os valores para que pudéssemos contemplar o Paraná, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tendo em vista suas calamidades.

Era esta a nossa observação: o não acolhimento da emenda de V. Exª, que também considero justa.

O SR. OZIEL OLIVEIRA (PDT – BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. PSDB – GO) – Pois não.

O SR. OZIEL OLIVEIRA (PDT – BA) – Eu gostaria de uma explicação do nosso Relator com relação a essa quantidade de 550 mil toneladas, porque este ano a Conab já teve uma grande dificuldade para entregar o milho para os nossos produtores.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Em várias reuniões que tivemos com o Ministério e com a própria Conab, ficou acertado que a Conab não vai mais fazer a entrega em caminhões de carreta. Essa logística vai ser feita em caminhões com o milho já especificado em termos de sacas. E especificamente com uma logística para passar para os Municípios que irão receber o milho.

A compatibilização de uma emenda de 1,2 milhão de toneladas é para ver se nessa nova sistemática é possível viabilizar e se há vazão para toda essa demanda. Mas com certeza, surgindo nova necessidade, o Governo e a própria Conab vão solicitar, a partir do segundo semestre, uma readequação.

Mas em relação a essa nova sistemática, em contato com os sindicatos, com os produtores e com as federações de agricultura, todos foram unânimes em dizer que 300 milhões seriam insuficientes. Por isso que houve essa aquiescência de colocarmos 550 milhões.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. PSDB – GO) – Pois não.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Só para complementar a explicação. Na 603, estavam previstas 300 mil toneladas. Os 550 já são fruto de uma emenda. As 300 mil toneladas representam R\$200 milhões. Quer dizer, o impacto financeiro é significativo. O nobre Relator ainda melhorou bastante, de 300 para 550, acatando uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. PSDB – GO) – Senhoras e senhores, antes de iniciarmos a votação da matéria, proponho a dispensa da leitura de aprovação da Ata da 1ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores e Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e segue para publicação.

Em votação o relatório apresentado pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 587/2012 (2ª Reunião)

06/03/2013

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma coisa simbólica. Acho que esse projeto é tão importante para o País, vai significar tanto para os nossos agricultores que, de forma simbólica, eu acho que deveria ser votado nominalmente, até para fortalecer a posição individual de cada Parlamentar aqui presente, e que não seja por aclamação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Deixe-me fazer uma ponderação: vamos fazer por aclamação, porque uma parte dos Parlamentares está na Comissão dos portos.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Então, retiro a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. PSDB – GO) – Valeu a intenção.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão.

Ainda...

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Só registro o nosso pedido de consideração de nossa emenda, para que eu também possa justificar para o Sul nossa posição, como o Nordeste está fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. PSDB – GO) – Está registrado.

Passo a palavra ao Deputado Assis Carvalho, do PT do Piauí.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT – PI) – Sr. Presidente Senador Cyró Miranda, grande amigo Raimundo Gomes de Matos, meu querido Afonso Florence, quero fazer referência, mesmo já votado o relatório, à junção que tivemos aqui da 603 com a 587.

Na verdade, apresentei algumas emendas na 603 e, com muita alegria, houve o acolhimento de nosso querido Relator Lobão Filho, com a concordância de nosso Presidente Amauri Teixeira em parte dessas emendas. Eu queria destacar o teor da Emenda nº 16, que trata da questão das vendas do milho, em que “deverão ser priorizados os agricultores familiares, assentados pela reforma agrária e povos das comunidades tradicionais, que residirem em municípios localizados nos Territórios da Cidadania”. Trata também do §2º, que diz:

§ 2º o cadastro técnico na CONAB para a venda em balcão será submetido à entidade de classe do município dos beneficiários e, na sua ausência, ao Conselho Municipal de Agricultura ou similar, para ser referendado e, posteriormente, as Superintendências Estaduais da CONAB publicarão as listas referendadas em seu sítio eletrônico.

Essa é uma emenda que destaco, como destaco também a seguinte, a Emenda nº 17, que trata praticamente da questão do pagamento do seguro safra, dizendo que o pagamento do adicional ao benefício de que trata o *caput* do artigo será realizado em parcela única para os agricultores familiares que se encontrem no cadastro do Plano Brasil Sem Miséria, que tem sido uma grande prioridade de nossa Presidente Dilma.

Destaco essas duas emendas, porque tenho uma terceira, mas fui informado de que há uma oposição do Governo, que é a questão da cesta básica, e nem levantaria esse caso. Mas nessas duas, pelo que me consta, não há nenhuma oposição do Governo, muito pelo contrário, há um sentimento de acolhimento. Até porque o pagamento em parcela única para os beneficiários do Brasil Sem Miséria já é uma prioridade do nosso Governo Federal. Assim também como trabalhar a questão dos assentados e trabalhar as comunidades tradicionais que sempre foram prioridade em nosso Governo. Faço essa referência, e está aí nosso querido Relator da 603.

Então, Sr. Relator, quero reforçar aqui e encaminhar novamente por ofício, porque em uma leitura meio rápida não identifiquei o acolhimento das Emendas nºs 16 e 17. Gostaria de registrar a situação, porque, até que haja uma manifestação contrária – e parece que não há dificuldade de acolhimento – pelo Governo... Sei que o nobre Relator, como nordestino que é, sabe o que significa podermos contribuir com essa situação do Brasil Sem Miséria, porque se todo o Brasil sofre com isso, o Nordeste sofre muito mais, pela sua situação de um IDH baixo, pelas dificuldades que já conhecemos bastante.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 587/2012 (2ª Reunião)

06/03/2013

Então, eu gostaria aqui de registrar isso para que o nobre Relator desse uma reolhada nessa situação. Se não acolhida numa outra emenda, porque não identifiquei nessa minha emenda, que fosse considerado, em concordância, em diálogo com o Governo, o acolhimento dessas duas emendas, que acho por demais necessárias, até mesmo porque nós estamos na 603 e vamos continuar trabalhando, mas estou com um sentimento muito forte de que, agora, sendo acolhidas essas emendas, a 603 será bastante esvaziada, com a possibilidade de não ser sequer concluída, ou até ser concluída – deixe-me melhorar aqui –, mas com a possibilidade muito forte de seu teor principal estar dentro dessa emenda. Tem que ser concluída naturalmente, mas, como ela está sendo acolhida pela 587, há uma possibilidade muito grande de que as nossas emendas não sejam mais tratadas lá.

Então, Sr. Relator, eu queria fazer esse registro aqui e recorro à sensibilidade de V. Exª para ver a possibilidade do acolhimento dessa nossa emenda.

Obrigado.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Realmente, no nosso parecer, não foram contempladas a 16 e a 17, do nobre Deputado Assis. Realmente, não foram contempladas, até porque a pactuação com o Senador Lobão e o Deputado Amauri é que nós iríamos acatar essas matérias, não sepultaríamos – desculpem-me o termo mais direto – a 603 e, automaticamente, poderia, realmente, ser absorvida no relatório do nosso também nordestino, o Deputado Amauri.

Então, eu solicito a compreensão de V. Exª no sentido de que, realmente, esse assunto fique na 603, haja vista que a fusão não fez com que deixasse de existir a 603, sepultasse a 603.

Então, as emendas de V. Exª continuam vivas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Senador Lobão Filho, com muito prazer.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, quero parabenizá-lo pela condução, junto com o nosso Vice-Presidente, Afonso Florence, dos trabalhos desta Comissão, que faz a avaliação da medida provisória, e quero, acima de tudo, parabenizar o Deputado Raimundo de Matos, que, com sua sensibilidade de cearense, de sofedor, igual a nós maranhenses, soube fazer um relatório condensando as duas medidas provisórias de forma brilhante.

Eu usei como critério a duplicidade de emendas, além do impacto econômico de algumas emendas, para a exclusão. Uma delas, infelizmente, é a sua. Eu havia até, Deputado Assis, preferido a do nosso Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, que dividia em duas parcelas. Nem uma, parcela única, nem quatro, como está previsto na medida provisória. Mas, ainda assim, o Governo entendeu que o impacto econômico ia ser muito forte e manteve a firme posição de fazer em quatro parcelas. Por isso, estou justificando o fato de não ter acolhido, porque eu iria acolher a do Ronaldo Caiado, de duas parcelas.

Outras emendas que não têm nada a ver com o tema desta medida provisória, não têm assunto correlato nenhum, também foram expurgadas. E, dessa forma, eu tentei entregar um trabalho mais preciso possível a V. Exª para que pudesse incluir no seu relatório, o que foi brilhantemente incluído.

Então, eu quero parabenizar a todos, inclusive os membros desta Comissão. Eu quero agradecer ao meu Presidente, Deputado Amauri Teixeira, que teve a sensibilidade de colocar de lado o ego e a vaidade nossa, de ambos, de termos a nossa medida provisória, a nossa comissão, e colocar o tema principal como sendo o principal ator, que é o nosso trabalho legislativo, eficiente e que tem que ser rápido.

É nesse sentido, por economia processual, que fizemos a sugestão de incorporação da 603 junto à 587.

Agradeço a todos, fazendo essa ressalva especial ao meu Presidente, que foi solidário nessa minha tese. Colocamos a nossa vaidade em segundo plano, em favor de um bom relatório do Deputado Raimundo de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Nós queremos ressaltar a grandeza do nobre Senador, juntamente com o Deputado Amauri – todos fazem a 603 –, porque aqui está o documento, a oficialização de um pré-parecer – pode-se dizer assim – e uma orientação da fusão das medidas provisórias.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 587/2012 (2ª Reunião)

06/03/2013

Eu acho que, talvez – plagiando aqui o Lula –, nunca antes na história do País houve uma fusão de medidas provisórias. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Quero agradecer ao Senador Lobão Filho e ao Deputado Amauri Teixeira pela compreensão. Ambos têm como filosofia o resultado, despedido da vaidade e procurando, sim, o resultado.

Senador Lobão, meu profundo agradecimento e minha admiração de sempre. Sei que V. Exª sempre foi um homem voltado a resultados e despedido da vaidade. Com isso, nós, então, fizemos essa economia processual, que vai levar a ganhos muito mais rápidos para todos esses que estão necessitando.

Eu passo a palavra, a seguir, ao Deputado Oziel Oliveira, do PDT da Bahia.

O SR. OZIEL OLIVEIRA (PDT – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria só de manifestar aqui o nosso desejo de aprovação dessa Medida Provisória nº 587 e também, incorporada agora, da MP nº 603.

Quero dizer também aqui, em respeito ao nosso Relator, Deputado Raimundo, que o nosso desejo de ter a garantia de safra, Deputado Florence, Deputado Amauri, Srs. Senadores, é porque a cada momento que passa a gente vê a agricultura, principalmente no Nordeste, com todas as suas dificuldades.

Eu sei o quanto tem sofrido o interior da Bahia, com quase 300 Municípios em estado de calamidade. Já há três anos não chove em muitas cidades. E tenho visto também essa dificuldade que a Conab tem tido para atender. É um absurdo a gente ver um produtor rural, com a sua família, 15 dias numa fila, esperando receber um saco de milho. Receber um saco não, comprar um saco de milho. Então, é lastimável a gente ver essa situação.

Temos visto isso claramente, porque moramos naquela região. É deprimente quando assistimos aos telejornais e vemos um agricultor do sertão, um sertanejo, ter que se humilhar para comprar um saco de milho. Então, eu sei o quanto isso tem sido difícil. Inclusive, a nossa região, o oeste da Bahia, onde chove bem, tem também sofrido este ano com a estiagem. O prejuízo nosso na agricultura já chega a R\$1 bilhão.

Além de todas as adversidades da seca, agora também chegou para nós uma lagarta conhecida cientificamente por *Helicoverpa*. Inclusive, faço aqui um apelo ao Ministério da Agricultura e à Presidente Dilma que libere os insumos para que a gente possa combater essa praga já para a próxima safra, porque esta safra já chega a R\$1 bilhão na nossa região, Deputado Amauri, Deputado Florence, que é lá da Bahia também. A nossa região vive este lastimável momento da agricultura, que sustenta a balança comercial brasileira.

Essa lagarta foi detectada agora. Ela afetou a soja, o milho e o algodão. A metade das maçãs do algodão já está no chão. Já comeu também grande parte da soja, com prejuízo de mais de 10%. E isto além da seca. Então, agora, além de não ter a chuva, a gente se depara ainda com a falta do produto para aplicar nas nossas lavouras, por ainda o Ministério da Agricultura não ter liberado o produto para aplicação nas nossas lavouras. Imaginem o que é ser um agricultor com todas essas adversidades.

Então, faço aqui um apelo também para que esses produtos possam ser liberados com eficiência. Se há o produto na Austrália, nos Estados Unidos, por que não o podemos ter no Brasil, sabendo que está sendo afetada a nossa produção? Imaginem o que é R\$1 bilhão numa região como a nossa! Tanto o Estado da Bahia quanto o Brasil precisam dessa produção gerando empregos.

Eu vi, há poucos dias, a Presidente Dilma fazendo o balanço da safra, que tem sustentado a balança comercial, e ainda temos que conviver com esse tipo de problema na agricultura empresarial, na agricultura familiar. E há muito mais prejuízo para aquele agricultor do qual acabamos de falar aqui, que depende de comprar um saco de milho na Conab, pegando uma fila de 15 dias.

Parabéns a todos vocês por compreenderem que a garantia de safra é muito importante para todos nós. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Muito obrigado, Deputado Oziel Oliveira, por sua participação e por sua presença.

Passo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Primeiro, nós não superaremos uma série de

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 587/2012 (2ª Reunião)

06/03/2013

problemas decorrentes dessa estiagem em função dessas medidas, apesar de compreendê-los. E quero parabenizar o Relator Raimundo Gomes de Matos e o Senador Lobão Filho pelo esforço que fizeram, mas Colatto trouxe aqui algo que nos preocupa. Se a questão do endividamento é grave para os Estados do Sul, o Nordeste ainda não foi resolvido. Há uma série de linhas de financiamento. Nós continuamos com dificuldade. A prorrogação do prazo para este ano não resolve. Ninguém recupera capacidade de adimplemento, no Nordeste, até dezembro, principalmente os produtores, porque safra, se houver uma nova safra – e não existe perspectiva de haver –, a safra, no Rio Grande do Sul, duas, três safras, dois anos, se recupera, mas rebanho não é assim.

Estou estudando, houve uma seca no Vale do Jequitinhonha há uns 15 anos, houve uma redução de rebanho de quase 60% e, até hoje, o rebanho não se recompôs no nível que era antes. Produção de leite, produção de queijo, isso não se recupera em dois anos.

Consequentemente, o empobrecimento é grande no Nordeste. Nós temos um empobrecimento grande e uma perda de rebanho muito grande, e a capacidade de adimplemento, de pagamento é muito pequena.

Eu, quando o Senador Lobão... Imediatamente formada a Comissão, o Senador Lobão não estava presente, eu liguei para ele no mesmo dia, nós conversamos e ele se dispôs a fazer o relatório rapidamente. Quando ele sugeriu essa ideia, nós não, em nenhum momento, nos opusemos, porque eu acho que nós não estamos aqui para disputar vaidade, para autoria, nada disso.

Nós estamos aqui para buscar soluções, às vezes rápidas. O Nordeste reclama rapidez nas soluções e não faz sentido nós tramitarmos duas medidas provisórias quando nós podemos antecipar um conjunto de medidas mais definitivas, transformadas em lei através do relatório da 587.

Então, nós estamos todos, aqui, de parabéns por buscarmos esse consenso.

O relatório de Raimundo está muito bom. É claro que nós temos alguns problemas que não vamos solucionar, também, todos... Não vamos pensar que com uma medida provisória, como o Raimundo disse, que tem o escopo orçamentário, que tem limites, nós vamos resolver todos os nossos problemas, mas a 603 continua viva, até mesmo para que nós façamos um tensionamento positivo com o Governo, buscando algumas janelas para solucionar os problemas que ficam pendentes.

Não vamos tentar solucionar, também, na medida provisória, mas vamos apontar alguns caminhos para que o Governo possa, em outro momento adequado, resolver.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Muito obrigado, Deputado Amauri Teixeira, inclusive pela sua compreensão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Benjamin Maranhão, do PMDB do Paraná.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (PMDB – PB) – Da Paraíba.

Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, parabenizar o Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, profundo conhecedor da realidade do Semiárido nordestino, e aqui eu quero, mais, fazer um registro em relação aos pequenos fornecedores e plantadores de cana independentes, que estão contemplados no art. 8º do substitutivo do Relator, que, inclusive, estava previsto na MP 603. Houve a fusão das MPs e se ganhou com a celeridade processual.

Veja bem, em questão dos fornecedores de cana, é uma categoria que é cercada de um preconceito muito grande.

A princípio, a opinião pública e a grande imprensa, quando se fala em plantador de cana, imaginam logo a figura do usineiro, quando, na verdade, nós, que conhecemos a região da chamada Zona da Mata nordestina, tanto na Paraíba, no Ceará, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e Alagoas, sabemos que há uma realidade diferente disso.

Na Paraíba, essa subvenção extraordinária é chamada até de bolsa-família do fornecedor de cana, devido à dificuldade por que passa essa parcela dos produtores rurais brasileiros. A maioria deles produz até mil toneladas/ano. A R\$50,00 a tonelada, gera uma renda bruta de R\$50 mil.

É necessário se discutir isso mais a fundo com o Ministério da Agricultura, com o do Planejamento, para tornar esse subsídio extraordinário algo que não seja extraordinário, mas que seja

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 587/2012 (2ª Reunião)

06/03/2013

ordinário, que seja normal, devido ao papel desses agricultores familiares, por assim dizer, porque são negócios familiares que geram uma quantidade de empregos muito grande, dentro não só da escala de produção, da importância que eles têm para o agronegócio, mas, principalmente, da questão social.

Então, parabeno o Relator Raimundo Gomes de Matos e, também, o Deputado Amauri e o Senador Lobão Filho, que participaram da MP, como Relator e Presidente da MP 603, e permitiram a fusão para adiantar o trabalho, não só no que concerne ao Garantia-Safra, ao auxílio através da Conab com a ração animal, mas nesse ponto fundamental dos pequenos fornecedores de cana.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Muito obrigado, Deputado Benjamim Maranhão, do...

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (PMDB – PB) – Do PMDB da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Antes de encerrarmos os trabalhos...

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Nós não poderíamos deixar de concluir os trabalhos sem agradecer à assessoria do Senador Cyro. Seu gabinete, por intermédio de sua assessoria, nos ajudou sensivelmente, como também nosso Gustavo e o José Alves, da Consultoria da Câmara, que também colaboraram à noite, seja às 10h da noite, às 11h da noite, não tinha horário para a gente dialogar a respeito dessas medidas provisórias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Antes de encerrarmos, quero também agradecer, de coração, o empenho e a dedicação do Deputado Raimundo de Matos, imprescindível para que esses trabalhos terminassem de maneira tão satisfatória a todos.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada juntamente com o acompanhamento taquigráfico.

Encerro esta reunião e agradeço a presença de todos e nos encontraremos em uma próxima

MP.

(Iniciada às 15 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.)